



AS CAPILARIDADES TERRITORIAIS DA COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA MACUCO NAS REGIÕES FLUMINENSES.

Ruan Carlos Alves Silva¹
Erika Vanessa Moreira Santos²

Resumo

O setor leiteiro no Brasil experimentou grandes mudanças desde 1900, com regulamentações e desigualdades nos preços, enfrentando competição desigual com grupos estrangeiros. No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o setor agropecuário, incluindo o leiteiro, enfrenta desafios estruturais devido à economia instável e à falta de um setor agropecuário integrado e qualificado. Atualmente, o estado tem um déficit de mais de 500 milhões de litros de leite, consumindo 1,5 bilhão de litros enquanto a produção local não chega a 600 milhões de litros. Neste artigo o objetivo proposto foi compreender as capilaridades regionais da cooperativa Agropecuária Macuco (2018-2023). Para tanto, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, levantamento de dados secundários junto ao IBGE e a OCB (2018-2023) e a pesquisa de campo na unidade de Quissamã. A organização coletiva tem estratégias tanto na captação do leite *in natura* atuando, significativamente, nas regiões norte, noroeste e serrana, quanto no escoamento e disseminação da marca, com vendas à varejo em estabelecimentos próprios e em setor varejista no território fluminense.

Palavras-chave: lácteos; Cooperativas; Estado.

The territorial capillarity of the Regional Agricultural Cooperative Macuco in the regions of Rio de Janeiro.

Abstract

The dairy sector in Brazil has experienced great changes since 1900, with regulations and price inequalities, facing unequal competition with foreign groups. In the state of Rio de Janeiro (ERJ), the agricultural sector, including dairy, faces structural challenges due to the unstable economy and the lack of an integrated and

¹ Graduando em Geografia na UFF Campos dos Goytacazes. Bolsista de iniciação científica pelo CNPq (2022-2023 e 2023-2024).

² Doutora em Geografia. É professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia de Campo e do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF/Campos. Atualmente, é bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj (2021-2024) e integra o NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos) da UFF.



qualified agricultural sector. Currently, the state has a deficit of more than 500 million liters of milk, consuming 1.5 billion liters while local production does not reach 600 million liters. In this article the objective was to understand the regional capillarity of the Cooperative Agropecuária Macuco (2018-2023). For this, bibliographical research, secondary data collection at the IBGE and OCB (2018-2023) and field research at the Quissamã unit were used. The collective organization has strategies in both the collection of milk in natura acting, significantly, in the north, northwest and mountain regions, as well as in the flow and dissemination of the brand, with retail sales in own establishments and in the retail sector in the territory of Rio.

Keywords: *dairy; cooperatives; state.*

1 INTRODUÇÃO

No estado do Rio de Janeiro (ERJ) o setor agropecuário ainda se encontra incipiente se comparado a outros estados do sul e sudeste. Natal (2004) aponta que isso ocorrerá devido à má gestão financeira do território fluminense e a falta de acesso aos recursos voltadas às regiões interioranas. Este cenário só começa a se “inverter” na década de 1990, com o descobrimento de bacias de petróleo na região norte e também a adoção efetiva da liberalização econômica.

Diante deste cenário, as cooperativas passam a ser uma alternativa atraente para que os produtores menos capitalizados do ERJ pudessem comercializar sua produção. O objetivo deste artigo é compreender as atuações das cooperativas leiteiras do ERJ, em especial as estratégias da Cooperativa Regional Agropecuária Macuco (CRAM) nos últimos anos. Oliveira (2014) afirma que as cooperativas leiteiras são responsáveis por boa parcela do processamento leiteiro do ERJ. A CRAM, em especial, coleta leite de 27 diferentes municípios do ERJ, com uma captação de em média 5 milhões de litros de leite mensais, a mesma possui mais de 1000 cooperados distribuídos pelo território fluminense.

Como metodologia para a construção deste artigo, foram realizados levantamentos bibliográficos e normativos em acervos digitais, levantamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e da Organização das cooperativas brasileiras OCB de 2018 a 2023 e uma pesquisa de



campo com aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado na unidade de Quissamã. O tratamento e sistematização dos dados foram feitos por meio do Qgis 3.28, *Philcartor* 2022, Excel 2010 e Word 2010.

Este artigo encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, é realizada uma breve contextualização do desenvolvimento cooperativista no Brasil. Na segunda parte, há uma apresentação do panorama cooperativista no Brasil, enfocando no ERJ. Na terceira parte, uma breve discussão acerca da problemática da economia do ERJ e o setor agropecuário. Já na quarta parte, abordar-se-á a Cooperativa Agropecuária Macuco – CRAM - e suas capilaridades regionais estabelecidas nas regiões norte, noroeste e serrana. Por fim, mas não menos importante, temos as considerações e as referências utilizadas.

2 DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA BRASILEIRO

O cooperativismo começou na Inglaterra em 1844 com a cooperativa *Rochdale*, formada por 28 tecelões para promover o bem-estar coletivo e superar a exploração do trabalho. No Brasil, a primeira cooperativa foi a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, criada em 1889, com a finalidade de prestar auxílio financeiro aos cooperados de baixa renda. A definição oficial de cooperativa, estabelecida em 1995, pela *International Cooperative Alliance*, refere-se a uma associação voluntária de pessoas para atender necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente (Vedana et. al, 2022).

No Brasil, o cooperativismo ganhou forma com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969, e a Lei nº 5.764/1971, que estabeleceu normas para as cooperativas. A OCB foi criada pelo Estado para representar as cooperativas, mas também foi vista como uma ferramenta de controle estatal. Serra (2009) argumenta que as cooperativas brasileiras foram fortemente influenciadas por iniciativas governamentais, enfrentando controle excessivo que limitou sua



autonomia e focou em competir com empresas privadas e modelos agrícolas voltados para o mercado externo, em vez de atender ao consumo interno. O desenvolvimento do cooperativismo no Brasil é visto de duas formas: como um marco positivo ou como um controle estatal, sendo dividido em quatro períodos históricos por Vedana et al. (2022): antes de 1960, de 1960 a 1970, de 1980 a 1990 e a partir dos anos 2000. A evolução do cooperativismo no Brasil mostra que, antes da década de 1960, a tradição cooperativa no Sul e em São Paulo foi crucial para o desenvolvimento sólido do movimento cooperativo, que se ajustou às dinâmicas locais e se preparou para utilizar crédito e mercado. O cooperativismo agropecuário brasileiro passou por três ciclos principais: crescimento (1960-1970), crise (1980-1990) e recuperação e expansão (a partir de 2000). Durante os anos 1970, no auge do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), as cooperativas focavam na comercialização e receberam estímulos significativos. No entanto, o desenvolvimento industrial do Sudeste-Sul direcionou recursos creditícios para essas regiões, que já tinham produtores capitalizados e fomentaram o processo de agroindustrialização, levando as cooperativas a se tornarem “multicooperativas”, com características semelhantes a empresas controladas por grupos empresariais (Farjado, 2008).

Nos anos 1980 e 1990, a redução das políticas de agropecuária e do crédito rural causou uma crise nas cooperativas, resultando no desaparecimento de muitas e gerando insegurança quanto ao futuro dessas organizações. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a recuperação do setor cooperativo foi impulsionada pelo aumento dos recursos de crédito agrícola e políticas de investimento e incentivo, com uma reaproximação das políticas estatais que ajudaram a revitalizar o movimento cooperativo (Vedana et al, 2022, p. 385-386)

O período pós-2000 é crucial para entender os desdobramentos organizacionais das cooperativas no Brasil. Antes disso, entre as décadas de 1960 e 1980, o Estado incentivou fortemente as cooperativas durante a ditadura militar, resultando em um grande crescimento no setor. Contudo, a crise política e econômica dos anos 1980, que incluiu a transição para a democracia e o aumento



da dívida externa, levou à redução do financiamento estatal e ao impacto negativo nas cooperativas. Na década de 1990, com a adesão à liberalização econômica e a consolidação do Mercosul, o Brasil recebeu grandes volumes de capitais estrangeiros, aumentando a competitividade do mercado. As cooperativas agropecuárias precisaram se reorganizar para se adaptar a esse novo cenário econômico, tema que será discutido a seguir.

3 MODELOS ORGANIZACIONAIS DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Panzutti (1999) define uma cooperativa como uma sociedade /empresa onde cooperados são simultaneamente donos e clientes, com igualdade de voto conforme a Lei nº 5.764/1971. Bernardo (2016) entende as cooperativas como intermediadoras entre produtores e mercado. Galan (2000) distingue as cooperativas centrais, que agregam valor e acessam mercados para cooperativas singulares, que atuam na produção e processamento agropecuário. Apesar de funcionais, Martins et al. (2004) consideram esse modelo obsoleto devido à competitividade mercantil. Panzutti (1999) menciona a verticalização, onde empresas na mesma cadeia produtiva se unem para reduzir custos. Martins et al. (2004) apontam que fusões são mais eficientes, aumentando produtividade e poder mercantil. Camilo (2018) aponta que alguns dos maiores laticínios brasileiros foram formados por fusões e aquisições, como a Itambé, criada a partir da junção de 31 cooperativas leiteiras.

Segundo dados levantados junto a Agroanalyse (2023), o ranking dos maiores laticínios brasileiros no ano de 2022, teve o destaque de cooperativas centrais, como mostra o quadro 1.

Quadro 1: *Ranking* dos maiores laticínios no Brasil (2022)

ranking	Nome	Quantidade	estado
1º	Laticínios Bela Vista	1.566.287 litros	GO /Ativa
2º	Unium	1.302.029 litros	PR / Ativa



3º	Alvoar Lácteos	1.073.144 litros	MG / Ativa
4º	Nestlé	1.048.154 litros	SP / Ativa
5º	CCPR	934.400 litros	MG /Ativa
6º	Aurora	530.160 litros	SC /Ativa
7º	CCGL	467.665 litros	RS /Ativa
8º	Jussara	375.479 litros	SP / Ativa
9º	Cativa	265.098 litros	PR / Ativa
10º	Frimesa	249.364 litros	PR /Ativa
11º	Centro Leite	228.735 litros	MG / Ativa
12º	Davaca	191.100 litros	BA /Ativa
13º	Danone	170.237 litros	SP / Ativa
14º	DPA Brasil	97.294 litros	SP /Ativa

Fonte: Agrofynews (2023) ECONODATA (2024)

Organizador: Ruan Carlos Alves Silva (2024)

Pesquisando superficialmente sobre os laticínios citados foi revelado que várias das principais empresas no *ranking* são cooperativas que utilizaram fusões e parcerias para expandir suas operações. A Unium, em segundo lugar, resultou da união de Frísia, Castrolanda e Capal. A CCPR, quinta colocada, cresceu ao estabelecer parcerias e vender ações da Itambé. A Aurora, sexta no ranking, integra cooperativas, empresários e produtores familiares para fortalecer sua produção. A CCGL, sétima, conta com 28 cooperativas filiadas. Esses casos corroboram que a fusão foi a estratégia mais utilizada para aumentar a presença e a competitividade das cooperativas no mercado.

O setor leiteiro no Brasil como um todo passou por diferentes processos que determinaram sua consolidação, um fator marcante e amplamente debatido foi a tabulação do preço do leite durante o período da ditadura militar. Até o final da década de 1980, o governo federal controlava a cadeia produtiva do leite, regulando preços e importações, especialmente do leite tipo "C", essencial para a cesta básica. O leite era tabelado em toda a sua cadeia produtiva e na fase da comercialização



para garantir o abastecimento do produto no mercado. Essa intervenção resultava em preços baixos pagos aos produtores e importação de lácteos para atender a demanda interna, levando a um modelo de produção extensivo e de baixa produtividade. Apesar do aumento do consumo devido à industrialização e urbanização, a intervenção governamental limitava a especialização dos produtores (Figueira, 1999).

A tabulação em si não seria um problema, Figueira (1999), os países com o setor leiteiro consolidado também adotaram práticas de tabulação. O problema está na forma em que essa política foi executada, pois segundo o mesmo, se dava de maneira desigual, sendo as metrópoles e a região sul as mais afetadas por essa tabulação, devido a todo contexto de crescimento urbano que ali estavam ocorrendo, e essa tabulação se dava, majoritariamente, aos produtos nacionais.

a. *A crise de 1980 e a fragilidade econômica do ERJ*

A década de 1980 trouxe uma grave crise econômica para o Estado do Rio de Janeiro (ERJ), amplamente impactada pela ditadura militar e pela escassez de recursos públicos. Segundo Natal (2004), o ERJ com uma economia fragilizada dependente dos setores terciários e royalties de petróleo, enfrentou sérios problemas devido à má gestão e distribuição de recursos. Natal (2005) destaca quatro pontos principais que caracterizaram a crise no ERJ entre os anos 1980 e 1990: a) Decadência da indústria fluminense, com obsolescência em setores como a indústria naval e siderúrgica, e falta de integração com mercados nacional e internacional; b) Redução de gastos do governo federal, afetando negativamente o ERJ, cuja economia dependia fortemente desses investimentos, resultando em cortes de construção e suspensão de investimentos; c) Agravamento das condições sociais, com aumento do trabalho informal e expansão do setor terciário; d) Conflitos entre o governo estadual e federal devido à crise fiscal e cortes de financiamento. Esses fatores contribuíram para a deterioração da economia e das condições de vida no ERJ durante esse período. Natal (2005) afirma que os cortes de gastos,



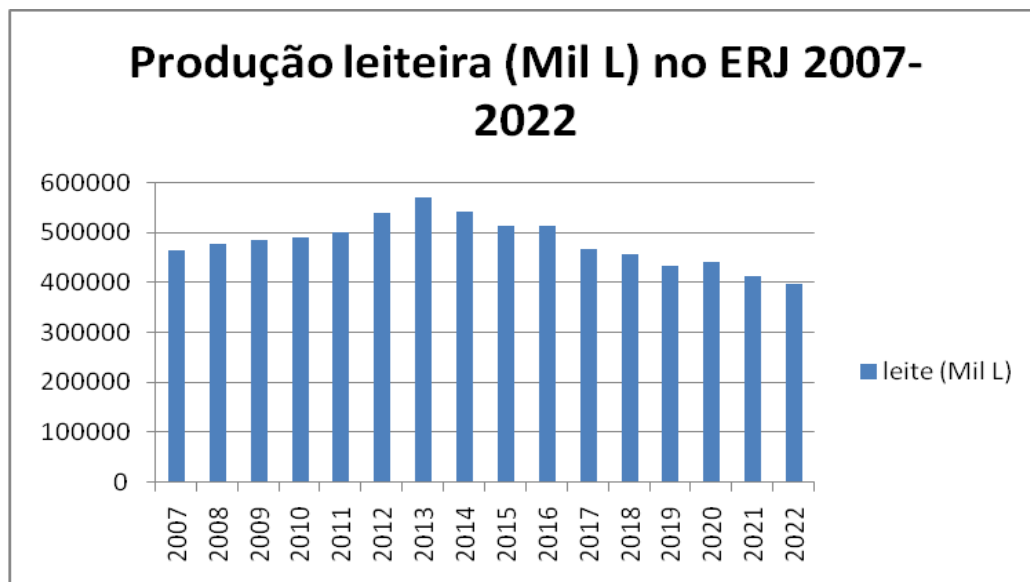
incluindo investimentos e salários federais, destacaram a dependência econômica do Rio de Janeiro em relação ao governo federal e intensificaram os conflitos federativos. Isso amplificou o sentimento regionalista entre os cariocas, que percebem a transferência da capital para Brasília e a fusão como ônus significativos.

O ERJ enfrenta problemas como concentração fundiária e uma economia regional frágil e pouco integrada. Embora a concentração de renda e investimentos tenha sido predominantemente na região metropolitana, a partir dos anos 1990, houve uma expansão para outras áreas devido a mudanças políticas e a descoberta de petróleo no Norte fluminense e Baixada Litorânea. Para Natal (2005) esses fatores promoveram um alívio econômico, mas também intensificaram problemas como a concentração de renda na região produtora de petróleo e a dependência de *royalties*, cuja receita é instável e sujeita a oscilações no repasse do tesouro nacional.

Sintetizando, o setor agropecuário seguiu durante longos anos a margem dos interesses estatais, o setor agroindustrial é pouco consolidado, com baixos níveis de integração entre si. Saber disso é crucial para entender os desdobramentos do setor leiteiro fluminense. O gráfico 1 mostra a dinâmica na produção leiteira estatal entre os anos de 2002 a 2022, feito a partir de dados fornecidos pela pesquisa pecuária municipal.



Gráfico 1: Produção de leite no Estado do Rio de Janeiro entre 2007 a 2022.



Fonte: IBGE (2022) Organizador: Ruan Carlos Alves Silva (2024)

A produção leiteira saltou de quase 600 milhões de litros de leite, em 2013, para menos de 400 milhões de litros de leite produzidos em 2022. A Emater (2018) aponta que a queda vem ocorrendo decorre da baixa tecnificação do campo, falta de mão de obra qualificada, precariedade nas estruturas viárias. Santos, Chagas e Silva (2022) apontam que o consumo de leite no ERJ está na faixa de 1,5 bi de litros anuais, enquanto a produção estadual não chega a metade deste valor. Nota-se que há uma complexa problemática econômica no ERJ. Diante deste cenário, as cooperativas podem vir a ser uma importante ferramenta para alavancar o setor leiteiro fluminense.

3.2. *As cooperativas leiteiras fluminense*

Observou-se na seção anterior que o ERJ possui fragilidades econômicas e que o setor agropecuário é o mais afetado. Diante deste cenário, as cooperativas desempenham um importante papel na dinâmica de produção leiteira no ERJ. Oliveira (2014) destaca as cooperativas leiteiras como sendo protagonistas na dinâmica de captação e processamento do leite, segundo a mesma, em 2011 havia

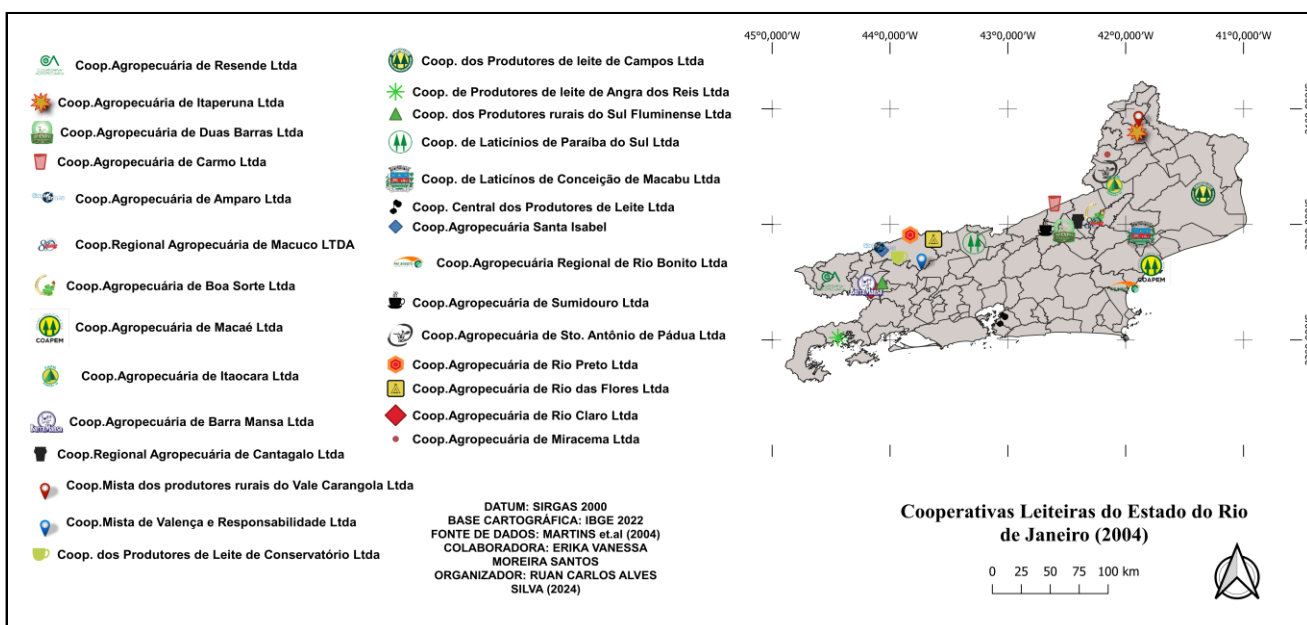


102 cooperativas agropecuárias no ERJ, sendo 49 deste total do ramo agropecuário. Braga (2008) escreve que “As cooperativas são responsáveis por 40% da captação formal, empregam 151.000 associados e apresentam faturamento em torno de R\$ 5 bilhões. O estado do Rio de Janeiro é o segundo em captação de leite via cooperativas (62% do leite produzido), logo após o Rio Grande do Sul (74%) (Braga, 2008, p. 127).”

Em relação a captação leiteira por parte das cooperativas, Martins et al (2004) realizaram um censo cooperativista leiteiro no ano de 2002 e catalogaram 28 cooperativas leiteiras do ERJ, como mostra o mapa 1.

Mapa 1: Espacialização das cooperativas agropecuárias no ERJ em 2002.

Boletim Petróleo, Royalties & Região



Fonte: Martins et al (2004)

Org e desenhista: Ruan Carlos (2024)

Das 28 cooperativas localizadas no mapa 01, oito delas foram constatadas como não ativas, sendo essas: Cooperativa Agropecuária de Santo Antônio de Pádua Ltda, Cooperativa Agropecuária Santa Isabel Ltda, Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Cooperativa de Laticínios de Paraíba do Sul Ltda, Cooperativa de Produtores Rurais do Sul Fluminense Ltda, Cooperativa Agropecuária de Duas Barras LTDA, Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos dos Goytacazes.

Pesquisas revelaram que houve uma redução significativa no número de cooperativas no território fluminense, Oliveira (2014) aponta que em 2011 haviam registradas na OCB 102 cooperativas agropecuárias. Dados mais recentes da OCB (2022) revelaram que, em 2022, haviam apenas 12 cooperativas agropecuárias registradas.

Esta redução não se limita ao ERJ, como destacado por Vedana et.al (2022) as cooperativas cresceram na década de 1970 devido a grande quantidade de incentivos fiscais, mas a crise de 1980 provocou o encerramento de cooperativas no território nacional, Crúzio (1999) destaca quatro dimensões que explicam os fatores que levam ao fechamento de cooperativas “A primeira dimensão trata da intervenção



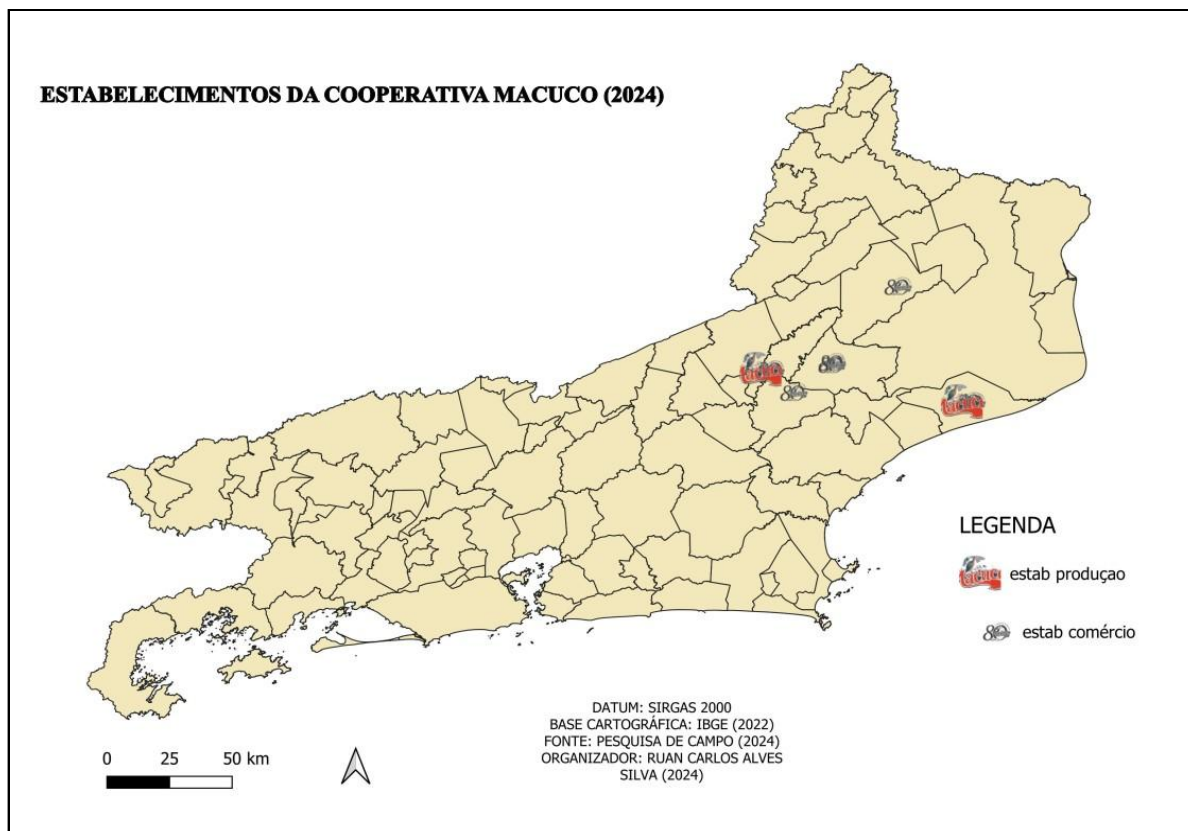
externa na organização da cooperativa, isto é, da regimentação institucional de fora para dentro da associação, em detrimento da ação emancipadora do grupo cooperativista. Trata também dos objetivos individuais dos cooperados *versus* os objetivos coletivos da associação. A segunda dimensão versa sobre as relações de poder na estrutura da cooperativa, ou melhor, as hierarquizações dos órgãos incompatíveis com as amplitudes funcionais formalizadas. A terceira dimensão trata das responsabilidades na administração da cooperativa, ou seja, das obrigações do “Conselho de Administração” em desacordo com as próprias decisões. A quarta dimensão versa sobre a autonomia para a fiscalização da cooperativa, isto é, das atribuições fiscais do “Conselho Fiscal”, incoerentes com a dependência para o exercício funcional.” (Crúzio, 1999, p. 19).

4. COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA MACUCO

A Cooperativa Macuco foi fundada em 1939, no município de Macuco, localizado na região serrana do ERJ. A cooperativa foi criada em decorrência da crise de café que ocorreu no século XX. Diante deste cenário, 20 produtores se uniram e compraram a fazenda Glória, em Macuco e fundaram a cooperativa. A CRAM está presente em diferentes municípios com distintas estratégias de atuação, como mostra o mapa 2.



Mapa 2: Localização das unidades de produção e comercialização da Cooperativa Macuco.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

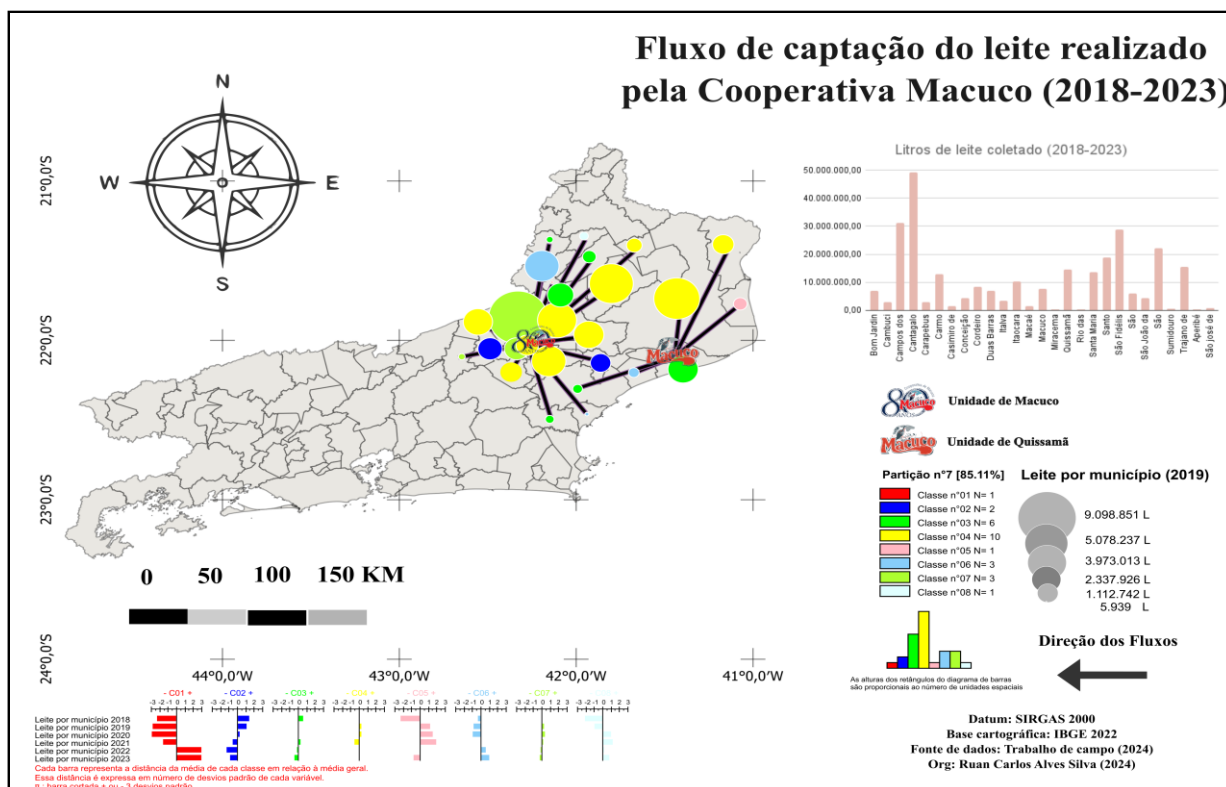
Org e desenhista: Ruan Carlos (2024)

No ano de 2008, a cooperativa abriu, no município de Quissamã, uma outra agroindústria, com a função de captar leite da região norte, processar 80% do leite coletado e escoar para a matriz em Macuco.

Nosso propósito do trabalho é apreender as capilaridades regionais traçadas e alcançadas pela Cooperativa, compreendendo as capilaridades regionais como a maneira que as indústrias são disseminadas territorialmente, sendo comum à sua nucleação em aglomerados produtivos, em função de fatores como proximidade de mercados, disponibilidade de matérias-primas e acesso à infraestrutura (Junior et.al 2019). A cooperativa Macuco coleta leite de produtores rurais residentes em 27

municípios do ERJ, dispersados nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense. O motivo de abrir uma unidade em Quissamã se deu devido ao potencial de captação leiteira que a CRAM percebeu que poderia obter dos municípios da região norte, como mostra o mapa 3.

Mapa 3: Fluxo de captação leite realizado pela CRAM



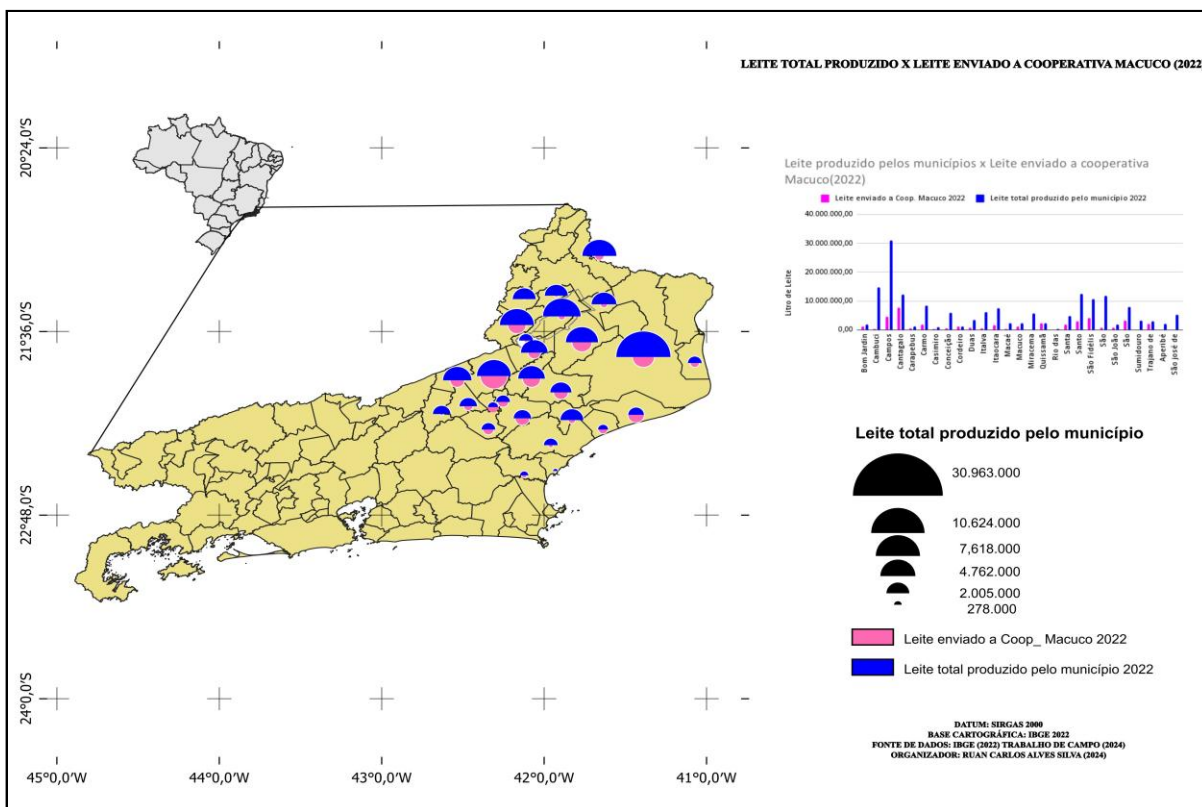
Fonte: Pesquisa de Campo (2024)

Org e desenhista: Ruan Carlos (2024)

Visando compreender o peso da cooperativa em cada município, foi feita uma comparação do quantitativo de leite enviado à cooperativa com a produção anual leiteira de cada município no ano de 2022, segundo os dados da pesquisa pecuária municipal disponibilizado pelo SIDRA/IBGE. A partir disso, foi constatado que nos municípios: Bom Jardim, Quissamã, Cantagalo e Trajano de Morais a cooperativa captou mais de 90% do leite total produzido nestes municípios, tais afirmações estão visíveis no mapa 4.



Mapa 4: Relação entre leite produzido e leite captado pela CRAM, por município, em 2022.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024) e PPM (2022)

Org e desenhista: Ruan Carlos (2024)

A cooperativa Macuco possui uma captação média de 5 milhões de litros de leite mensais, a unidade de Quissamã capta em média 1,5 milhões de litros de leite mensais, a matriz, 3,5 milhões, totalizando uma média de 60 milhões de litros ao ano. Como percebe-se no mapa 5, a unidade de Quissamã capta leite de praticamente toda região norte, com exceção do município de São Fidélis, que envia leite diretamente a matriz com o caminhão tanque próprio. Na unidade de Quissamã quatro caminhões tanques fazem a coleta diária do leite, revezando os dias entre os



estrategicamente distribuídas nas regiões turísticas do ERJ, sobretudo na região serrana. As leiterias servem como forma de divulgar a marca, já que os lucros (sobras) da CRAM provém de vendas com grandes e pequenos ramos de comércio.

A cooperativa possui boas táticas de atração de cooperados, a referida possui convênio com o SENAR, para oferecer qualificação aos seus produtores, a mesma paga o valor justo, seguindo a tabela do preço de leite do ERJ, no dia do campo (07/05/202) a cooperativa pagava 2,40 reais por litro e possui uma participação consolidada no mercado leiteiro do ERJ, o que serve como grandes incentivos atrativos de cooperados. A organização presta visitas técnicas aos seus cooperados, possui laboratório próprio de controle de qualidade do leite e emprega 231 funcionários, sendo 37 destes empregados na unidade de Quissamã e 194 na Matriz em Macuco-RJ.

5. CONCLUSÃO

O setor leiteiro no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) passou por significativas transformações ao longo dos anos. Após 41 anos de tabelamento desigual que favorecia grupos estrangeiros, a crise de 1980 e a liberalização econômica dos anos 1990 expuseram o setor a uma competição acirrada com capitais internacionais. No ERJ, a economia historicamente concentrada na metrópole prejudicou o desenvolvimento agropecuário nas regiões do interior. Gerando déficit no abastecimento alimentício no ERJ, vide o leite que possui um déficit de meio milhão de litros de leite.

As cooperativas agropecuárias são responsáveis por coletar boa parte do processamento leiteiro no ERJ. Segundo Braga (2008) as cooperativas do ERJ captam 62% do leite produzido em território fluminense, diante disto, visou-se compreender as capilaridades territoriais da cooperativa Macuco, entre 2018 a 2023. A cooperativa possui duas agroindústrias (Macuco e Quissamã) que captam leite de 27 municípios fluminenses, com uma média de 5 milhões de litros de leite mensais e possui relações com a piracanjuba, para qual vende a nata do leite, e diferentes comércios alimentícios no ERJ. A cooperativa possui mais sete estabelecimentos de



venda distribuídos em regiões turísticas do ERJ como Macuco, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena, que serve como forma de divulgação da Marca. A cooperativa paga o preço de tabela por litros de leite e possui convênio com o SENAR para oferecer qualificação aos seus cooperados, o que atrai mais cooperados, atualmente a cooperativa possui mais de 1100 cooperados.

REFERÊNCIAS

AGROFY. Confira o ranking dos maiores laticínios do Brasil em 2022. Agrofy News, 2023. Disponível em: <https://news.agrofy.com.br/noticia/201505/confira-o-ranking-dos-maiores-laticinios-do-brasil-em-2022>. Acesso em: 23 jul. 2024

BRAGA, Ralph. A inserção da fábrica de laticínios Glória/Parmalat no complexo agroindustrial leiteiro do estado do Rio de Janeiro. **Geo UERJ**. Ano 10-nº 18-Vol. 1-1º semestre de 2008. 21p Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1382/1172> Acesso em 01 de set de 2024.

CAMILO, Jonas. **A dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na região sul do Brasil**. 2018. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CRÚZIO, Helnon. POR QUE AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E AGROINDUSTRIAS BRASILEIRAS ESTÃO FALINDO? **Revista de Administração de Empresas** • Abr./Jun. 1999 RAE • v. 39 • n. 2 • Abr./Jun. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901999000200003> Acesso em 15 de jul de 2024



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMATER-RIO. Bovinocultura 2018 Disponível em <<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/Bovi2018.pdf>> Acesso em 20 fev 2023.

FIGUEIRA, Sergio Rangel Fernandes. **Transformações na cadeia produtiva do leite: uma análise a partir das cooperativas**. 1999. 147p. Dissertação (mestrado em ciências econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1587454>>. Acesso em: 14 abr. 2024

GALAN, Valter Bertini. **Formas de governança e o cooperativismo do leite no Brasil uma análise de setor, de casos escolhidos e de incentivos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em 2024-01-24.

NATAL, Jorge. **O estado do Rio de Janeiro pós 95**. Rio de Janeiro: Faperj, p 25-61. 2005. OLIVEIRA, Sabrina da Costa de. **O perfil das cooperativas leiteiras fluminenses e a adoção de práticas ambientais conservacionistas**. 2014. 103p. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2014.

MARTINS, Paulo et.al. **O futuro do cooperativismo de leite**. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2004, p.112. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/594819>. Acesso em: 16 de maio de 2024

NUNES, Juraildes; FOSCHIERA, Atamis. Cooperativismo: o processo histórico do cooperativismo e a visão do estado brasileiro. **Humanidades e inovação**, v. 4, n. 5, 2017.



PANZUTTI, Ralph. O caráter da agroindústria cooperativa e suas especificidades. **Revista Pensamento e Realidade**, ano 2 — nº 5/99, fev. 2012, p 54-78.

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Revista Geografia**, Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 p. 139-153. Disponível em: <
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2508/2265> > Acesso em: 17 de jul de 2024.

SANTOS, Erika; CHAGAS, Samara; SILVA, Marco. O Noroeste Fluminense e a atividade leiteira: desafios para a agricultura familiar. **II Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF/Campos**, p. 146-162, 2020. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

SOUZA, Joel. **O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da Região Sul**. 2014. 289.p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em geografia, Florianópolis, SC, 2014.

VEDANA, Roberta et. al. O Cooperativismo na dinâmica econômica e social da agropecuária brasileira. In: SANTOS, Gesmar; SILVA, Rodrigo (org.). **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022 [cap. 11] p. 375-400